

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.920 - SP (2019/0300402-0)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DANIELLE RINALDI BARBOSA - SP288712**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : H M C S (INTERNADO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **H M C S**, contra decisão de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Relator do HC n. 2217464-58.2019.8.26.0000, que indeferiu tutela de urgência na origem.

O impetrante informa que o paciente cumpre medida de internação provisória pela suposta prática de ato infracional análogo ao delito de tráfico de drogas.

Alega, em suma, que a gravidade abstrata do delito não é fundamento válido para a imposição da medida extrema de restrição de liberdade, consoante dispõe a Súmula 492/STJ.

Requer, portanto, a superação do Enunciado Sumular 691/STF a fim de que o paciente seja colocado em meio aberto.

### É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, consoante os termos da Súmula 691/STF (AgRg no HC 400.949/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017).

Na hipótese, a Corte de origem indeferiu o pleito liminar por não verificar os requisitos autorizadores da medida de urgência, nos seguintes termos:

"[...] o exame dos autos levado a efeito em cognição sumária não autoriza concluir, ao menos no presente momento, pela existência de prova inequívoca do alegado constrangimento ilegal.

A r. decisão atacada está suficientemente fundamentada e bem justificou as razões da necessidade de internação do paciente.

Trata-se, inclusive, de conduta gravíssima equiparada a hedionda, o que justifica a manutenção da medida extrema, com fulcro no art. 112, § 1º, in fine, do ECA.

Ademais, o paciente responde a recente ato infracional por conduta análoga ao crime de emprego de artefato explosivo, tipificado no artigo 16, § único, III, da Lei n. 10.826/03, e estava em lugar incerto para o respectivo Juízo, tanto que expedido mandado de busca e apreensão e seu desfavor em 10 de setembro transato [...].

Tais fatos já são mais que suficientes para tonar clara a imprescindibilidade da provisória de internação, de modo a garantir a ordem pública e o sucesso da instrução processual.

Como se não bastasse o artigo 174 do ECA, autoriza a manutenção da

# Superior Tribunal de Justiça

internação "...pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social ...", especialmente para a garantia de sua própria segurança e manutenção da ordem pública.

Por conseguinte, indefiro a liminar."

Assim, da leitura atenta da decisão impugnada, não verifico, por ora, a ocorrência de flagrante ilegalidade, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

